



A IMPORTÂNCIA DO CICLO ALFABETIZADOR NA CONTINUAÇÃO DAS SÉRIES POSTERIORES: Discussões necessárias à contemporaneidade¹

Nilcinete da silva Corrêa

Licenciada em Pedagogia pela UFPA. Especialista em Educação Inclusiva pela Faculdade Integrada de Jacarepaguá – FIJ (RJ). Coordenadora Pedagógica na Educação Básica SEMEC/ABAETETUBA, Coordenadora pedagógica Educação Básica na SEDUC/PARÁ.

Dinair Leal da Hora

Graduada em Pedagogia e Letras pela UFPA. Mestre em Educação pelo PUC/SP. Doutora em Educação pela UNICAMP. Possui Pós-Doutorado em Administração Escolar e Economia da Educação pela USP e Pós-Doutorado em Sociologia das Organizações Educativas pela UMINHO.

*PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA BÁSICA – PPEB / UFPA.
e-mail: ppebufpa@gmail.com*

Resumo

Este trabalho objetiva discutir a importância do ciclo alfabetizador, evidenciando alguns dos impasses no enfrentamento do analfabetismo, oriundos das atuais Políticas Públicas para a alfabetização, com ênfase na Política das Avaliações Externas, a qual tem se mostrado mais preocupada com o monitoramento da gestão educacional do que com o processo de aprendizagem dos discentes, contribuindo para formas de exclusão nas escolas. Para o estudo utilizamos fontes bibliográficas de autores que discutem a temática e os documentos oficiais que embasam essa política. O artigo procurou evidenciar a importância do ciclo alfabetizador para a vida escolar e social dos sujeitos, refletindo sobre os problemas e instigando a reflexões, na condução de novas pesquisas que contribuam com aprendizagens significativas para a alfabetização.

Palavras-chave: Alfabetização. Aprendizagem. Ciclo alfabetizador

INTRODUÇÃO

A alfabetização é um tema que vem sendo tratado por muito tempo por autores renomados, como Emilia Ferreiro e Ana Teberosky (1986), Paulo Freire (1991) e outros, que nos trouxeram um legado de conhecimentos sobre este fenômeno complexo. Tais autores nos fazem compreender sobre a importância da alfabetização para o desenvolvimento da vida em sociedade, para a continuidade de estudos posteriores, como forma de humanização, democratização e garantia do saber instituído em lei (MORTATTI, 2014).

Neste sentido, este trabalho objetiva discutir a importância do ciclo alfabetizador na continuidade dos estudos posteriores. A temática justifica-se pelo fato do analfabetismo ser um problema latente na história da sociedade brasileira. Apesar da propagação de conquistas em relação ao acesso dos discentes à escola, ainda estamos longe de garantir a permanência destes com aprendizagens significativas, pois, pesquisas divulgadas pelo INEP, dos resultados

¹ Este trabalho é fruto de um projeto de pesquisa em andamento, do mestrado em educação, no Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica/UFPA. O projeto apresenta como objeto de estudo as implicações dos resultados da avaliação externa no ciclo alfabetizador em escola pública de Abaetetuba-Pa. Tem como objetivo analisar as implicações da avaliação externa no ciclo da alfabetização, no contexto da organização do trabalho pedagógico em Escola Básica.



da avaliação nacional de alfabetização-ANA em 2014 (BRASIL, 2016), mostram que crianças não conseguem chegar ao final do ciclo (3º ano do Ensino Fundamental, com idade de 08 anos) alfabetizada, como prescritos em lei.

Dessa forma é importante discutir a cerca dos impasses que tornam o sucesso da alfabetização inalcançável neste país. Embora este processo tenha uma vasta amplitude na área da psicologia, filosofia, pedagogia, linguística e outras, focalizaremos como ela tem sido tratada no contexto das Políticas Públicas para a alfabetização, com ênfase nas Avaliações Externas, que a nosso ver, não tem contribuído com aprendizagens significativas. O que pretendemos é inquietar os leitores e instigar a produzir novos conhecimentos, de acordo com as necessidades de aprendizagem para a alfabetização nas séries iniciais.

O CICLO ALFABETIZADOR EM CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS

O Governo Federal em cumprimento aos acordos internacionais, de melhorar a qualidade do ensino em nosso país, adotou como medida a ampliação do tempo do Ensino fundamental (EF) de oito para nove anos de estudos, através da lei 11. 274/2006, em que passa a organizar o ensino em ciclos, definindo as três primeiras séries iniciais (1º, 2º, 3º anos EF) como “ciclo de alfabetização”, definindo este como um período ideal e necessário para que a criança possa construir os saberes básicos para a aquisição da leitura e da escrita alfabética (SCHMIDT; AGUIAR. 2016).

Com intuito de melhorar a qualidade do ensino no ciclo de alfabetização o Governo Federal, através do MEC, institui pela portaria nº 867 de 4 de julho de 2012 o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), programa que, dentre outras finalidades, objetiva garantir que todos os estudantes estejam alfabetizados até o final do ciclo, (BRASIL, 2012). A eficiência do PNAIC, quanto à aprendizagem dos alunos, será verificada pelas avaliações externas - a Provinha Brasil e a Avaliação nacional de alfabetização (ANA), com vistas a medir o desempenho dos discentes, através de provas padronizadas, sendo seus resultados aferidos por níveis de proficiência em língua portuguesa e matemática.

As questões atuais que conduzem a reflexões sobre a Política da Avaliação Externa, enquanto catalisadora do desenvolvimento da qualidade do ensino, se dá pelo fato dessa política não expressar preocupação com as reais aprendizagens discentes, nem com suas diferenças individuais. Todavia, a avaliação em testes, tende a se preocupar mais, com o controle do desempenho dos discentes, da gestão escolar e com os mecanismos técnicos (com os resultados e não com o processo), que muitas vezes são resolvidos com atividades repetitivo-mecânicas, dentro das escolas. A articulação entre avaliação e alfabetização



demanda profunda reflexão e amplo debate sobre o que se considera qualidade da educação, pois,

O cumprimento de metas e elevação de índices de desempenho não expressam necessariamente uma efetiva ampliação dos conhecimentos pelos estudantes ou uma ruptura com os mecanismos de produção das desigualdades escolares. A clara relação entre a dinâmica sociocultural e os processos de produção dos resultados escolares [...] valorizam a homogeneidade, desconsiderando processos subjetivos e condições objetivas articulados na aprendizagem e no ensino (ESTEBAN, 2012, p.576).

Deste modo, as Políticas Públicas pautadas na avaliação externa não colaboraram para aprendizagens significativas, deixando o processo de alfabetização em segundo plano, contribuindo de forma negativa no enfrentamento das dificuldades apresentadas pelos discentes, que tem suas particularidades afetadas pelas mazelas sociais, políticas, econômicas, emocionais e outras.

A política da avaliação por resultados, que prioriza o processo de homogeneização das aprendizagens, apresenta-se em desacordo com os prescritos legais, A concepção de infância, que entrelaçam a aprendizagem na vida escolar dos discentes nas séries iniciais do EF, perde-se logo no início! No documento de orientação do MEC para a inclusão de crianças de seis anos de idade no EF é descrito:

Defendemos aqui o ponto de vista de que os direitos sociais precisam ser assegurados e que o trabalho pedagógico precisa levar em conta a singularidade das ações infantis e o direito à brincadeira, à produção cultural tanto na educação infantil quanto no ensino fundamental. É preciso garantir que as crianças sejam atendidas nas suas necessidades (a de aprender e a de brincar) (BRASIL, 2007, p.20).

As pesquisas recentes mostram que a política das avaliações externas incide como pressão na gestão escolar para alcançar seus níveis de proficiência, o que concorre para uma grande tendência de trabalhar pelos resultados, deixando de levar em consideração as características peculiares das crianças, como seu modo de ser e conceber as aprendizagens. Sendo assim, “a reflexão sobre a avaliação precisa incorporar suas múltiplas dimensões e as questões relativas ao ensino, à aprendizagem e à concepção de infância que se entrelaçam na composição da vida escolar” (ESTEBAN, 2012, p. 577).

Outra questão que desperta interesse é sobre o tempo estipulado para aprendizagem na alfabetização, referendadas em lei, através do PNAIC. Será este o tempo ideal ou necessário para que a criança seja alfabetizada? Recentemente o MEC apresentou, na ultima versão da base Nacional Comum Curricular (BNCC), a proposta de que toda criança deve estar devidamente alfabetizada até o final do 2º ano, reduzindo o tempo estipulado que são de 03 anos nas séries



iniciais. Os objetivos dessa mudança precisam ser investigados. A este respeito Feil (2015) alerta:

[..] é necessário interrogar: que escola é necessária para dar conta disso? Uma escola que saiba ensinar crianças de qualquer idade, tendo-as como sujeitos de direitos: direito de ser criança, de brincar, aprender, conviver, produzir culturas, direito de ser singular, de ser acolhida por uma escola pensada coletivamente para ela e com ela (FEIL, 2015, p.40).

Assim, faz-se necessário um olhar atento às mudanças que vêm ocorrendo na educação, como a introdução das avaliações externas, mudança nos currículos, na organização pedagógica e administrativa das escolas e outros que incidem diretamente na aprendizagem e no ensino da língua escrita, nos anos iniciais de escolarização, com vistas a apontar caminhos para que a criança de hoje não se torne um adulto excluído da sua própria cultura, como muito se tem presenciado.

A IMPORTÂNCIA DO CICLO ALFABETIZADOR

As contribuições de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky (1986), com a descoberta da psicogênese da língua escrita- construtivismo trouxeram grandes contribuições para a contemporaneidade, contrapondo-se aos métodos tradicionais de alfabetização, difundidos com as cartilhas, trazendo novas perspectivas para a alfabetização, que passa a ser compreendida a partir da prática social e cultural. A criança aprende na interação com o meio por meio da reformulação de hipóteses que ela mesma cria.

A partir de então os pesquisadores, apesar de divergirem quanto ao conceito do termo “Alfabetização”, vêm comungando desta mesma concepção, em que enfatizam que a aprendizagem do sistema de escrita requer compreensão acerca da lógica de funcionamento de um de um sistema e não apenas de um código (MORTATTI E FRADE, 2014).

Pesquisadores como Mortatti e Frade (2014); Esteban (2012); Feil (2015) e outros têm trazido grandes contribuições ao processo de alfabetização, dada a sua importância no ciclo alfabetizador, na continuação dos estudos e na defesa de uma alfabetização como direito humano fundamental e necessário a vida social.

Feil (2015, p.39), destaca que sem o uso da leitura e escrita, enquanto prática social, os sujeitos ficarão à margem do processo de desenvolvimento na vida escolar e na sociedade. O não usufruto desse direito significa “negar o exercício da cidadania, impossibilitando-o de desvendar o mundo por meio da leitura e da escrita”.

Assim é importante compreender que, se tivermos uma base sólida no ciclo de alfabetização, com aprendizagens significativas, estaremos garantindo o desenvolvimento dos alunos para continuidade das séries posteriores e para sua inserção na vida em sociedade.



A sociedade contemporânea exige de nós uma ética, em que todos tenham acesso aos bens culturais, incluindo o saber ler e escrever, para ser aceito na sociedade. Se ficarmos alheios à sociedade letrada, estaremos excluídos do sistema global (FEIL, 2015). Atualmente, fala-se também em analfabetismo informacional, com estreita relação à exclusão na sociedade. No entanto pesquisas mostram que a alfabetização e as tecnologias de informação e comunicação são grande aliadas na superação do analfabetismo (DE PABLOS, 2008).

CONCLUSÃO

Não podemos negar as conquistas históricas travadas, através da luta de pesquisadores, da sociedade organizada e da abertura do governo federal, que levaram ao aumento do acesso a escolaridade, aqui destacamos o ciclo de alfabetização. No entanto, garantir a permanência com sucesso ainda é um desafio, pois observamos que alunos ultrapassam as séries iniciais sem estarem alfabetizados, constituindo-se em adultos analfabetos funcionais.

As políticas públicas para a alfabetização nas séries iniciais têm dado ênfase às aprendizagens no ciclo alfabetizador, com a criação do PNAIC, programa de acompanhamento e enfrentamento do analfabetismo, inclusive com formação de professores alfabetizadores. No entanto o que se critica é a forma como a aprendizagem vem sendo tratada, sobre a proposta das avaliações externas, que parecem se preocupar mais com o monitoramento da gestão, do que com as aprendizagens dos alunos, levando a práticas de exclusão. Dessa forma, é necessário romper com essa estrutura, que até hoje, não deu respostas ao analfabetismo. É preciso subsidiar novas práticas de alfabetização que conduzam a processos de aprendizagens mais significativas.

Defendemos uma alfabetização como enfatiza Feil (2015, p.39), centrada na “compreensão e na comunicação, levando em conta o processo, ou seja, o modo como às crianças aprendem, o que implica fazer da escola um lugar para a criança”, assim como há muito tempo já vimos defendendo. O que será possível se buscarmos refletir sobre o processo de alfabetização, buscando entender as necessidades de aprendizagens das crianças do nosso tempo.

REFERÊNCIAS

BRASIL, INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Aprendizagem/ ANA – 3º ano**. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/hp%20store/Downloads/ppeb%202017/projeto%>. Acesso em: 29 mai. 2017.



_____. Ministério da Educação, Portaria nº 867 de 4 de julho de 2012. Institui o **Pacto pela Educação na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais**. Disponível em: <https://www.fnede.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=getAtoPublico&sgl_tipo=POR&num_ato=00000867&seq_ato=000&vlr_ano=2012&sgl_orgao=MEC> Acesso em: 01 abr 2017.

_____. **Ensino fundamental de nove anos : orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade** / organização Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. –Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 135 p. : il. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensifund9anobasefinal.pdf>> Acesso em: 14 set. 2017.

DE PABLOS, J. Visões e Conceitos sobre a Tecnologia Educacional. *In*: SANCHO, J. M. **Para uma Tecnologia Educacional**. Porto Alegre: ArtMed, 2008.

ESTEBAN, MARIA TERESA. **Considerações sobre a política de avaliação da alfabetização: pensando a partir do cotidiano escolar** Revista Brasileira de Educação, vol. 17, núm. 51, septiembre-diciembre, 2012, pp. 573-592. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27524689005>. Acesso em: 08 set. 2017.

FEIL, Iselda Sausen, **alfabetização: um desafio novo para um novo tempo**. In ALLEBRANDT, Lúcia Inês; MALDANER, Maridalva Bonfanti **Alfabetização numa relação intercultural** [recurso eletrônico]/ organização. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, do Departamento de Humanidades e Educação. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2015. – Disponível em: < <https://www.researchgate.net/publication/307884702>> Acesso em: 14 set. 2017.

FERREIRO, Emília; Teberosky, Ana. **A psicogênese da Linguagem Escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas 1986.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva (org.). **Alfabetização e seus sentidos : o que sabemos, fazemos e queremos?** / – Marília: Oi cina Universitária; São Paulo: Editora UNESP, 2014.

SCHMIDT, Leonete Luzia; AGUIAR, Letícia Carneiro. A alfabetização no ensino fundamental de nove anos no contexto das políticas educacionais: alguns desafios para reflexão. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v.11, n. esp. 4, p. 2395-2413, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21723/riaee.v11.n.esp4.9200>>. E-ISSN: 1982-5587. Acesso em: 11 ago. 2017.